

Autopista Planalto Sul S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.325.109/0001-73, com sede na Avenida Afonso Petschow, 4040, Bairro Industrial, CEP: 83.880-000, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio Negro, 25 de Fevereiro de 2015.

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

D E C L A R A Ç Ã O

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.325.109/0001-73, com sede na Avenida Afonso Petschow, 4040, Bairro Industrial, CEP: 83.880-000, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio Negro, 25 de Fevereiro de 2015.

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

Marcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.
Rio Negro - PR

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **Autopista Planalto Sul S.A.** (“Sociedade”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Autopista Planalto Sul S.A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1-S-PR

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9-S-PR

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6-S-PR

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota		
	explicativa	31.12.2014	31.12.2013		explicativa	31.12.2014	31.12.2013
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.052	34.882	Empréstimos e financiamentos	12	18.030	13.260
Contas a receber	6	5.641	4.679	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	16.823	7.966
				Debêntures	13	15.999	-
Contas a receber - partes relacionadas	15	450	450	Fornecedores	14	21.226	10.109
Estoques		888	584	Fornecedores - partes relacionadas	15	14.779	5.690
Despesas antecipadas		874	741	Obrigações sociais		2.943	3.045
Impostos a recuperar		1.868	1.153	Obrigações fiscais		2.524	1.866
Outros créditos		885	569	Contas a pagar - partes relacionadas	15	332	453
Total dos ativos circulantes		18.658	43.058	Cauções contratuais		5.730	3.744
				Taxa de fiscalização		224	218
NÃO CIRCULANTES				Provisão para investimentos	16	5.084	5.163
Aplicações financeiras vinculadas	8	8.251	6.339	Outras contas a pagar		277	684
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	12.715	8.522	Total dos passivos circulantes		103.971	52.198
Depósitos judiciais	16	16.988	157				
Imobilizado	9	1.389	1.178	NÃO CIRCULANTES			
Intangível	10	747.252	562.755	Empréstimos e financiamentos	12	285.878	226.610
Diferido	11	7.267	9.051	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	160.075	151.483
Total dos ativos não circulantes		793.862	588.002	Debêntures	13	(167)	14.237
				Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16	364	615
				Provisão para manutenção	16	34.013	29.381
				Total dos passivos não circulantes		480.163	422.326
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17.a	247.818	167.818
				Reservas de lucros		254	254
				Prejuízos acumulados		(19.686)	(11.536)
				Total do patrimônio líquido		228.386	156.536
TOTAL DOS ATIVOS		812.520	631.060	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		812.520	631.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do exercício por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	302.810	218.081
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(272.329)	(193.185)
LUCRO BRUTO		30.481	24.896
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	19	(11.404)	(10.802)
Remuneração da Administração	15	(872)	(895)
Outras receitas operacionais, líquidas		34	1.231
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		18.239	14.430
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	5.925	2.357
Despesas financeiras	20	(36.507)	(26.628)
		(30.582)	(24.271)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(12.343)	(9.841)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	22	4.193	3.395
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(8.150)	(6.446)
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23	(0,04081)	(0,04043)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Prejuízo do exercício das operações continuadas	(8.150)	(6.446)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(8.150)</u></u>	<u><u>(6.446)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	167.818	254	-	(5.090)	162.982
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.446)	(6.446)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	<u>167.818</u>	<u>254</u>	<u>-</u>	<u>(11.536)</u>	<u>156.536</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	167.818	254	-	(11.536)	156.536
Aumento de capital	80.000	-	-	-	80.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.150)	(8.150)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	<u>247.818</u>	<u>254</u>	<u>-</u>	<u>(19.686)</u>	<u>228.386</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(8.150)	(6.446)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	21.094	16.421
Baixa de ativos permanentes	1.108	4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.193)	(3.395)
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(636)	(452)
Juros e variações monetárias de empréstimos	12.586	13.527
Juros e variações monetárias de debêntures	1.760	349
Juros e variações monetárias sobre mútuos	19.793	10.108
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.321	1.244
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	235	427
Constituição de provisão para manutenção	3.464	7.472
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(962)	(759)
Estoques	(304)	184
Despesas antecipadas	(143)	306
Impostos a recuperar	(584)	(428)
Depósitos judiciais	(16.831)	58
Outras contas a receber	(316)	(175)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(17.517)	(734)
Fornecedores - partes relacionadas	9.089	(1.534)
Cauções contratuais de fornecedores	1.986	(81)
Obrigações sociais	(102)	652
Obrigações fiscais	658	278
Contas a pagar - partes relacionadas	(121)	(695)
Sinistros recebidos	-	(843)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(486)	(587)
Pagamento de juros	(19.667)	(17.409)
Outros passivos	(99)	(399)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.983	17.093
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(506)	(343)
Aquisições de itens do intangível	(168.875)	(119.179)
Aplicação financeira vinculada	(6.126)	(5.093)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	4.719	5.801
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(170.788)	(118.814)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	76.927	37.307
Pagamentos	(12.983)	(25.800)
Aumento de mútuos	-	100.000
Aumento de capital	80.000	-
Pagamento de mútuos	(2.969)	(1.516)
Debêntures:		
Emissão de debêntures	-	13.900
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	140.975	123.891
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(26.830)	22.170
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	34.882	12.712
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	8.052	34.882
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM****31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013****(Em milhares de reais - R\$)**

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	115.028	103.544
Receita dos serviços de construção	197.213	123.514
Outras receitas	605	1.343
	<u>312.846</u>	<u>228.401</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(38.068)	(33.657)
Custo dos serviços de construção	(197.213)	(123.514)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.475)	(2.035)
Custo da concessão	(5.288)	(5.035)
Custos de provisão de manutenção em rodovia	(3.464)	(7.472)
Outros	(3.085)	(2.193)
	<u>(249.593)</u>	<u>(173.906)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>63.253</u>	<u>54.495</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(21.094)	(16.421)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)	<u>42.159</u>	<u>38.074</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	5.925	2.357
Juros capitalizados	7.341	4.066
	<u>13.266</u>	<u>6.423</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>55.425</u>	<u>44.497</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	7.915	8.776
Benefícios	2.152	2.039
FGTS	660	777
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	2.215	2.570
Municipais	5.782	5.185
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	14.346	13.684
Juros capitalizados	7.341	4.066
Aluguéis	1.001	895
Outras	2.370	2.843
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	19.793	10.108
Prejuízo do exercício	(8.150)	(6.446)
	<u>55.425</u>	<u>44.497</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Peschow, 4040, bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A (“Arteris”). A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “ Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015.

2. CONCESSÕES

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007.

A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 kms de duplicações de rodovia.
- 48,3 kms de terceiras faixas.
- 13,72 kms de vias laterais.
- Construção de cinco trevos completos.
- Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba - PR.
- Construção de onze passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove bases de serviços operacionais - BSO's.

- Implantação ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia

Conforme estabelecido no contrato de concessão dessa concessionária, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a concessionária não pagará ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo ou variável.

Os principais compromissos firmados pela concessionária decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846 na data-base da concessão. A partir de 31 de dezembro de 2014 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$33.536 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A concessionária deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem

como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

- (d) A concessionária assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A concessionária assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A concessionária assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A concessionária deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2014 , os montantes de R\$438.435 respectivamente referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$249.832 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2014 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Algumas Sociedades do grupo celebraram o "Termos de Ajuste de Conduta-TACs", com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início das concessões até 22/09/2014.

A Sociedade informa que continua com as negociações para firmar nos próximos meses, em condições semelhantes, um termo de ajuste com a ANTT, mas segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longos prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social

diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos

que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego da rodovia e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições na rodovia é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras vinculadas

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB, debêntures e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo

com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

4.3. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporado no ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme nota explicativa nº 7.

4.8. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção da rodovia em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2014. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para investimento em rodovia - real	5.220	5.450
Provisão para investimento em rodovia a valor presente	<u>5.084</u>	<u>5.163</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>136</u>	<u>287</u>

<u>Não circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovia - real	38.351	35.973
Provisão para manutenção em rodovia a valor presente	<u>34.013</u>	<u>29.381</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>4.338</u>	<u>6.592</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.11. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.13. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na Nota explicativa nº17.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme

requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15. Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 - Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornecer as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de negócios.	(1)
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(2)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(3)

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;

(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	479	1.059
Aplicações financeiras (*)	<u>7.573</u>	<u>33.823</u>
Total	<u>8.052</u>	<u>34.882</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Certificado de Depósito Bancário - CDB	2.292	1.573
Debêntures compromissadas	370	530
Fundos de investimentos	<u>4.911</u>	<u>31.720</u>
Total	<u>7.573</u>	<u>33.823</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 90% da variação do CDI no exercício para Certificado de Depósito Bancário, 75% da variação do CDI para Operações Compromissadas e os Fundos de Investimentos em 100,33% da variação do CDI.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	5.307	4.338
Cartões de pedágio a receber	275	341
Receitas acessórias a receber	<u>59</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.641</u>	<u>4.679</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	25.844	10.600
Provisão de participação nos lucros	1.095	1.285
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b).	364	615
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis: (c)		
Provisão para manutenção	34.013	29.381
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(25.143)	(17.887)
Ajuste dos encargos financeiros	1.159	1.005
Estorno de capitalização de juros	<u>66</u>	<u>66</u>
Base de cálculo	<u>37.398</u>	<u>25.065</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>12.715</u>	<u>8.522</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

2016	533
2017	555
2018	579
2019	603
A partir de 2020	<u>10.445</u>
	<u>12.715</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

A concessionária deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 os saldos são respectivamente R\$8.251 e R\$6.339, essas aplicações foram remuneradas em média a 97,26% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	Móveis utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>504</u>	<u>417</u>	<u>190</u>	<u>221</u>	<u>245</u>	=	<u>1.577</u>
Adições	66	74	119	69	-	56	384
Alienações/baixas	<u>(6)</u>	-	-	-	-	-	<u>(6)</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>564</u>	<u>491</u>	<u>309</u>	<u>290</u>	<u>245</u>	<u>56</u>	<u>1.955</u>
Adições	53	296	55	105	-	5	514
Transferências	61					(61)	-
Alienações/baixas	-	<u>(1)</u>	-	<u>(1)</u>	<u>(62)</u>	-	<u>(64)</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>678</u>	<u>786</u>	<u>364</u>	<u>394</u>	<u>183</u>	=	<u>2.405</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2012	<u>(160)</u>	<u>(134)</u>	<u>(43)</u>	<u>(165)</u>	<u>(60)</u>	=	<u>(562)</u>
Adições	(55)	(46)	(23)	(45)	(48)		(217)
Alienações/baixas	<u>2</u>	-	-	-	-	-	<u>2</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>(213)</u>	<u>(180)</u>	<u>(66)</u>	<u>(210)</u>	<u>(108)</u>	=	<u>(777)</u>
Adições	(63)	(65)	(36)	(54)	(39)	-	(257)
Alienações/baixas	-	-	-	-	<u>18</u>	-	<u>18</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>(276)</u>	<u>(245)</u>	<u>(102)</u>	<u>(264)</u>	<u>(129)</u>	=	<u>(1.016)</u>
<u>Imobilizado Líquido</u>							
Saldo em 31.12.2013	<u>351</u>	<u>311</u>	<u>243</u>	<u>80</u>	<u>137</u>	<u>56</u>	<u>1.178</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>402</u>	<u>541</u>	<u>262</u>	<u>130</u>	<u>54</u>	=	<u>1.389</u>
Taxa de depreciação - %	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>20</u>		=

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	Intangível em rodovia - obras e <u>serviços (a)</u>	<u>Software</u>	Intangível em <u>andamento</u>	Adiantamento a <u>fornecedores</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>360.359</u>	<u>472</u>	<u>109.273</u>	<u>3.466</u>	<u>473.570</u>
Adições	2.454	33	124.926	72	127.485
Transferências/Reclassificações	<u>144.781</u>	-	<u>(143.143)</u>	<u>(1.638)</u>	-
Saldo em 31.12.2013	<u>507.594</u>	<u>505</u>	<u>91.056</u>	<u>1.900</u>	<u>601.055</u>
Adições	1.619	287	201.766	940	204.612
Transferências/Reclassificações	139.626	-	(136.813)	(2.813)	-
Alienações/baixas	-	-	<u>(1.062)</u>	-	<u>(1.062)</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>648.839</u>	<u>792</u>	<u>154.947</u>	<u>27</u>	<u>804.605</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2012	<u>(23.599)</u>	<u>(280)</u>	-	-	<u>(23.879)</u>
Amortização	<u>(14.327)</u>	<u>(94)</u>	-	-	<u>(14.421)</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>(37.926)</u>	<u>(374)</u>	-	-	<u>(38.300)</u>
Amortização	<u>(18.977)</u>	<u>(76)</u>	-	-	<u>(19.053)</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>(56.903)</u>	<u>(450)</u>	-	-	<u>(57.353)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2013	<u>469.668</u>	<u>131</u>	<u>91.056</u>	<u>1.900</u>	<u>562.755</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>591.936</u>	<u>342</u>	<u>154.947</u>	<u>27</u>	<u>747.252</u>
Taxa de Amortização	<u>4,68%</u>	<u>20%</u>			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetada até o final da concessão.

11. DIFERIDO

É representado por:

	31.12.2014	31.12.2013
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal e administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	<u>327</u>	<u>327</u>
	17.832	17.832
Amortização acumulada	<u>(10.565)</u>	<u>(8.781)</u>
	<u>7.267</u>	<u>9.051</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais na rodovia e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 18 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP+ 2,58%a.a.	18.030	13.218
Financiamento de veículos (b)	16,63% a.a. pré-fixada	-	42
		<u>18.030</u>	<u>13.260</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP+ 2,58%a.a.	<u>285.878</u>	<u>226.610</u>
		<u>285.878</u>	<u>226.610</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovia.

(b) Cédulas de crédito bancário celebrado com o Banco Volkswagen para aquisição de veículos de uso administrativo, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cujas garantias são os próprios bens.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2016	22.255
2017	23.948
2018	25.770
2019	27.728
A partir de 2020	<u>186.177</u>
	<u>285.878</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

Da Sociedade

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência do contrato de financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do contrato de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação do Contrato, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, pagamento de juros dos mútuos ou amortização de principal desses mútuos quando a relação entre o patrimônio líquido e o passivo total for inferior a 20%;
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as

seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:

- 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
- 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
- 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
 - 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da concessionária.
 - 3.2 Aos mútuos concedidos à concessionária por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
 - 3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela concessionária nos contratos de financiamentos, o

valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.

- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
- (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.
 - (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
 - (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
 - (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos Contratos de Concessão.
 - (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da concessionária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da concessionária ou em transferência do controle acionário da concessionária, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da concessionária.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da concessionária, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico da concessionária ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da concessionária, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social da concessionária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar

suas ações representativas do capital social da concessionária, sem prévia e expressa anuência do BNDES.

- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência do contrato, a totalidade das ações emitidas pela concessionária.
- f) Na hipótese de extinção do contrato de concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da concessionária ou ainda por falência ou recuperação judicial da concessionária, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 dias a contar do término do contrato de concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 meses a contar do término do contrato de concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas do contrato com o BNDES na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

				<u>31. 12.2014</u>		<u>31.12.2013</u>
	<u>Quantidade</u> <u>e emitida</u> <u>unitária</u>	<u>Taxas</u> <u>contratuais</u> <u>s(%)</u>	<u>Vencimento</u> <u>s</u>	<u>Circulant</u> <u>e</u>	<u>Não</u> <u>circulant</u> <u>e</u>	<u>Não</u> <u>circulant</u> <u>e</u>
1ª emissão		CDI +				
(a)	1.390	1,4% a.a.	Julho/2015	16.011		14.250
Custo de transação				<u>(12)</u>	<u>(167)</u>	<u>(13)</u>
Total				<u>15.999</u>	<u>(167)</u>	<u>14.237</u>

- (a) 1ª emissão de debêntures de 4 de outubro de 2013 com valor nominal unitário de R\$10.000 cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor Subscrito
1ª emissão	04.10.2013	13.900	08.10.2013	13.910

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de R\$21.226 (R\$10.109 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contas a receber:		
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. (c)	-	221
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	<u>450</u>	<u>229</u>
Total	<u>450</u>	<u>450</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A.(d)	<u>16.823</u>	<u>7.966</u>

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Fornecedores partes relacionadas:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	12.254	4.353
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	2.521	1.337
Autopista Regis Bittencourt (a)	4	-
Contas a pagar partes relacionadas:		
Arteris S.A. (a)	332	453
Total	<u>15.111</u>	<u>6.143</u>
<u>Passivo não circulante</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Mútuos - Arteris S.A.(d)	<u>160.075</u>	<u>151.483</u>

Contas de Resultado:	31.12.2014		31.12.2013	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>
Arteris S.A.(c) e (d)	-	(19.793)	-	(10.108)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.(b)	(1.665)	-	(1.650)	-
Total	<u>(1.665)</u>	<u>(19.793)</u>	<u>(1.650)</u>	<u>(10.108)</u>

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados.
- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros, a

partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
29.09.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	5.209	3.997
27.11.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	13.000	8.464	6.495
19.12.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	16.000	10.417	7.994
28.01.2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	25.000	4.847	1.956
19.04.2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	35.000	6.123	2.139
27.09.2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	2.678	481
27.12.2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,7% a.a.	<u>20.000</u>	<u>2.160</u>	<u>13</u>
			<u>137.000</u>	<u>39.898</u>	<u>23.075</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$872 (R\$895 em 31 de dezembro de 2013) a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade ou a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.095 e R\$1.285.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e ex-empregados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de ex-empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício.

Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são conforme seguem:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	305	612	(147)	(481)	289
Trabalhistas	<u>310</u>	<u>109</u>	<u>(339)</u>	<u>(5)</u>	<u>75</u>
Total	<u>615</u>	<u>721</u>	<u>(486)</u>	<u>(486)</u>	<u>364</u>
	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2013</u>
Cíveis	719	631	(533)	(512)	305
Trabalhistas	56	381	(52)	(75)	310
Total	<u>775</u>	<u>1.012</u>	<u>(585)</u>	<u>(587)</u>	<u>615</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$1 e R\$15, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2014 (R\$11 e R\$28 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade constituiu provisão de riscos cíveis no valor de R\$365 referente a autos de infração por parte da ANTT, tal decisão foi tomada por ter esgotado todos os

recursos administrativos e por não ser viável o questionamento judicial pelo fato de não haver argumentos suficientes que possibilitasse a judicialização. Em agosto de 2014 a Sociedade efetuou pagamento destes autos de infração.

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$16.988 (R\$157 em 31 de dezembro de 2013) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Em maio e junho de 2014 a Sociedade ajuizou na Justiça Federal, o valor de R\$14.846, com o objetivo de anular autos de infração impostos pela ANTT. Na opinião de consultores legais tais autos apresentam fragilidade nas motivações e desproporcionalidade dos valores apresentados.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições, serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Investimentos em rodovia		Manutenção em rodovia	
Saldos em 31.12.2013		5.163		29.381
Adições		-		3.464
Utilizações		(232)		-
Ajuste a valor presente		<u>153</u>		<u>1.168</u>
Saldos em 31.12.2014		<u>5.084</u>		<u>34.013</u>

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2012	6.400	-	14.580	4.957
Adições	1.336	-	6.136	-
Utilizações	-	(109)	-	-
Ajuste a valor presente	51	-	878	315
Transferências	<u>(7.787)</u>	<u>5.272</u>	<u>7.787</u>	<u>(5.272)</u>
Saldos em 31.12.2013	<u>-</u>	<u>5.163</u>	<u>29.381</u>	<u>-</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2014 é de R\$247.818 e em 31 de dezembro de 2013 era de R\$167.818. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2014 estão demonstradas a seguir:

	Quantidade de ações <u>integralizadas</u>	<u>31.12.2014</u> Quantidade de ações subscritas	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	<u>242.629.494</u>	<u>242.629.494</u>	<u>100,00%</u>

	Quantidade de ações <u>integralizadas</u>	<u>31.12.2013</u> Quantidade de ações subscritas	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	<u>159.417.665</u>	<u>159.417.665</u>	<u>100,00%</u>

A Sociedade aprovou em Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de fevereiro de 2014 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$20.000, mediante a emissão de 20.471.829 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Reunião do Conselho de Administração do dia 20 de maio de 2014 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$20.000 mediante a emissão de 20.702.080 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Reunião do Conselho de Administração do dia 15 de setembro de 2014 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$30.000 mediante a emissão de 31.512.605 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Reunião do Conselho de Administração do dia 28 de novembro de 2014 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$10.000 mediante a emissão de 10.526.315 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e retenção de lucros:

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

c) Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita de serviços prestados	115.028	103.544
Receita de serviços de construção	197.213	123.514
Outras receitas	<u>605</u>	<u>112</u>
	<u>312.846</u>	<u>227.170</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receita bruta	312.846	227.170
ISSQN	(5.777)	(5.185)
PIS	(1.409)	(1.122)
COFINS	<u>(2.850)</u>	<u>(2.782)</u>
Receita líquida	<u>302.810</u>	<u>218.081</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Custos:		
Custo de construção	(197.213)	(123.514)
Com pessoal	(7.372)	(7.290)
Serviços de terceiros	(19.886)	(18.080)
Depreciação e amortização	(20.302)	(15.650)
Seguros e garantias	(1.947)	(1.866)
Conservação	(14.821)	(13.455)
Provisão de manutenção em rodovia	(3.464)	(7.472)
Taxa fiscalização	(2.615)	(2.484)
Outros	<u>(4.709)</u>	<u>(3.374)</u>
Total	<u>(272.329)</u>	<u>(193.185)</u>

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Despesas:		
Com pessoal	(4.632)	(5.478)
Serviços de terceiros	(2.859)	(1.821)
Depreciação / amortização	(792)	(771)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(235)	(427)
Despesas de aluguel	(191)	(126)
Consumo	(1.798)	(1.327)
Outros	<u>(897)</u>	<u>(852)</u>
Total	<u>(11.404)</u>	<u>(10.802)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	3.682	2.183
Juros ativos	<u>2.133</u>	<u>40</u>
Outras receitas	<u>110</u>	<u>134</u>
Total receitas	<u>5.925</u>	<u>2.357</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(34.071)	(23.790)
Ajuste a valor presente	(1.321)	(1.244)
Outras despesas	<u>(1.115)</u>	<u>(1.594)</u>
Total despesas	<u>(36.507)</u>	<u>(26.628)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	28.404	4.390
Provisão de obras futuras registradas no passivo		(109)
Juros capitalizados	7.341	4.066

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(12.343)	(9.841)
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	4.197	3.346
Efeito de adições e exclusões	<u>(4)</u>	<u>49</u>
Crédito (despesa) contabilizado	<u>4.193</u>	<u>3.395</u>
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	-
Diferidos	<u>4.193</u>	<u>3.395</u>
	<u>4.193</u>	<u>3.395</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.973 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

A Sociedade decidiu pela não adoção antecipada conforme Lei 12.973,14.

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<u>Básico e diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(8.150)	(6.446)
Número de ações durante o ano	<u>199.699</u>	<u>159.418</u>
Prejuízo por ação - básico	<u>(0,04081)</u>	<u>(0,04043)</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

- Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.
- Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	8.052	34.882
Aplicações financeiras vinculadas	8.251	6.339
Contas a receber de clientes	5.641	4.679
Partes relacionadas	450	450
Outras contas a receber	885	569

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	26.956	13.853
Empréstimos e financiamentos	303.908	239.870
Debêntures	15.832	14.237
Partes relacionadas	192.009	165.592
Taxa de fiscalização	224	218
Outras contas a pagar	277	684

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos, debêntures e mútuos com partes relacionadas em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	12,50%	15,63%	9,38%	18,75%
Juros a incorrer(*)	(24.756)	(30.232)	(19.260)	(35.552)

Receita de aplicações financeiras	750	938	563	1.125
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros a incorrer(*)	(23.806)	(24.427)	(23.402)	(24.609)
Juros a incorrer líquido(*)	<u>(47.812)</u>	<u>(53.721)</u>	<u>(42.099)</u>	<u>(59.036)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$ 5.641 (R\$4.679 em 31 de dezembro de 2013) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoxpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada)	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	2019 em diante	<u>Total</u>
-------------------	------------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------------	--------------

	efetiva % a.a.						
Debêntures	8,49	16.957	-	-	-	-	16.957
BNDES	7,58	38.904	42.611	42.611	42.611	269.230	435.967
Total		<u>55.861</u>	<u>42.611</u>	<u>42.611</u>	<u>42.611</u>	<u>269.230</u>	<u>452.924</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a Sociedade mantêm vigente as apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes e inerentes às suas atividades, como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão e também de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	20.000
	Garantia de execução do contrato de concessão	50.640
Garantia:		
(*) Por sinistro		

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Assembleia Geral Extraordinária do dia 26 de janeiro de 2015 a Sociedade celebrou contrato de mútuo com a controladora Arteris no valor de R\$ 13 milhões. O referido contrato tem prazo de vencimento para 27 de março de 2015 e taxa de

juros de 1,4% a.a. acrescidos de 100% da variação do CDI desde a data de desembolso. Os referidos recursos serão utilizados para financiamento dos investimentos previstos no cronograma de obras da Sociedade.

No dia 28 de janeiro de 2015 a Sociedade obteve a décima liberação do Sub-crédito “C” no valor de R\$ 2,5 milhões do empréstimo de longo prazo celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Com essa liberação a Sociedade concluiu a captação dos R\$ 331,3 milhões previstos para o referido contrato.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária do dia 19 de fevereiro de 2015 a Sociedade celebrou contrato de mútuo com a controladora Arteris no valor de R\$ 15 milhões. O referido contrato tem prazo de vencimento para 19 de maio de 2015 e taxa de juros de 1,4% a.a. acrescidos de 100% da variação do CDI desde a data de desembolso. Os referidos recursos serão utilizados para financiamento dos investimentos previstos no cronograma de obras da Sociedade.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul S.A. (“Companhia” ou “Planalto Sul”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A concessão da Planalto Sul foi outorgada em fevereiro de 2008 através da licitação 006/2007, tendo como objeto a exploração do lote 2 do Programa de Concessões de Rodovias Federais. O trecho concedido compreende 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116 que liga a cidade de Curitiba - PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A Companhia, uma das nove concessionárias do Grupo Arteris S.A., é responsável por administrar e conservar a rodovia BR-116 durante os 25 anos de vigência do contrato de concessão.

O trecho administrado pela Companhia corta as cidades de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro no estado do Paraná, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristovão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, interligando a região sudeste com o interior dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa média R\$
Fazenda Rio Grande	BR 116 Km 134+400 PR	3,81
Rio Negro	BR 116 Km 204+100 PR	3,81
Monte Castelo	BR 116 Km 081+600 SC	3,81
Santa Cecília	BR 116 Km 152+000 SC	3,81
Correia Pinto	BR 116 Km 233+100 SC	3,81

EVENTOS RELEVANTES

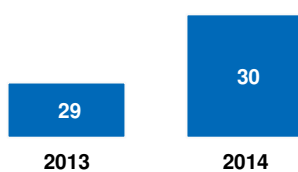
A Companhia iniciou uma obra de construção de um trevo em desnível no município de Mafra - SC no entroncamento entre a BR 116 e BR 280. Também foi dado início a execução de 13 quilômetros de terceiras faixas ao longo do trecho concedido.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

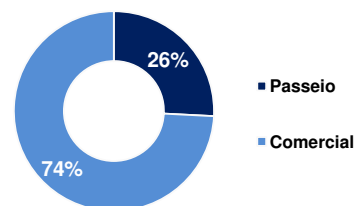
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 30 milhões de veículos equivalentes em 2014, registrando aumento de 1 milhão de veículos equivalentes em relação ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)

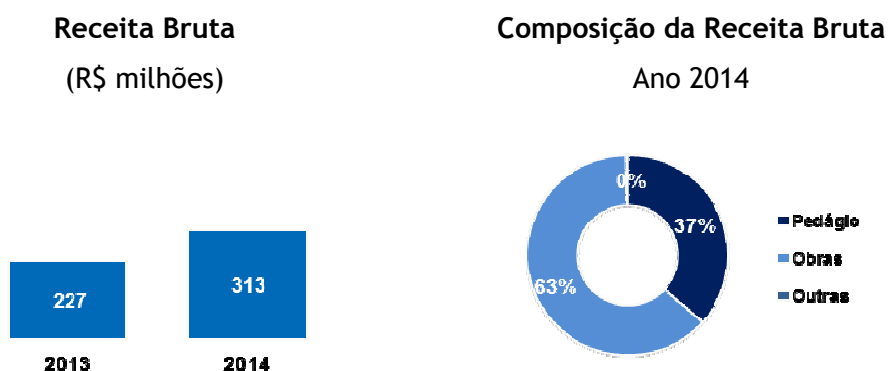


Composição do Tráfego
Ano 2014



Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$313 milhões em 2014, apresentando acréscimo de 37,7% na comparação com os R\$ 227,1 milhões registrados no exercício de 2013.



A receita de pedágio cresceu 11,1%, passando de R\$103,5 milhões em 2013 para R\$115 milhões em 2014. A principal razão que levou ao aumento foi o reajuste da tarifa de pedágio ocorrido em dezembro de 2013 conforme previsto no Contrato de Concessão.

Já a receita de obras registrou aumento de R\$ 73,7 milhões, representando um acréscimo de 59,7%, passando de R\$123,5 milhões em 2013 para R\$197,2 milhões em 2014. Esse aumento é reflexo do cumprimento do contrato de concessão que previa realização de mais obras do que o exercício anterior.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$605 mil em 2014 representando acréscimo R\$493 mil. Esse acréscimo é reflexo da assinatura de novos contratos de permissão de uso da faixa de domínio no decorrer de 2014.

No ano de 2014, a Companhia obteve receita líquida de R\$302,8 milhões, R\$84,7 milhões maior em relação a 2013.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Custo dos serviços de construção	(197,2)	(123,5)	59,7%
Serviços de terceiros	(22,7)	(19,9)	14,1%
Pessoal	(12,0)	(12,8)	-6,3%
Provisão p/ manutenção em rodovia	(3,5)	(7,5)	-53,3%
Conservação	(14,8)	(13,5)	9,6%
Taxa de fiscalização	(2,6)	(2,5)	4,0%
Seguros e garantias	(1,9)	(1,9)	0,0%
Remuneração da Administração	(0,9)	(0,9)	0,0%
Consumo	(1,8)	(1,3)	38,5%
Outros	(6,1)	(3,5)	71,4%
Custos e despesas	(263,5)	(187,3)	40,6%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram aumento de 40,6% em 2014 em comparação ao exercício de 2013. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados:

- Na rubrica “Serviços de terceiros” houve aumento de 14,1% em relação a igual período do ano anterior devido aos reajustes contratuais dos serviços de guincho, atendimento pré-hospitalar, serviços de arrecadação, transporte de valores e serviços de consultoria jurídica. Durante o ano de 2014 foram contratados guinchos adicionais para apoio no atendimento em dias de feriados;
- Custos e despesas com “Pessoal” sofreu impacto pelo reajuste salarial anual de 5,5%, redução nos custos e despesas com provisão de participação nos lucros e rescisões contratuais;
- Redução de R\$4 milhões em “Provisão para manutenção em rodovia” em razão da revisão da previsão de execução de manutenção conforme o contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;
- Conservação da rodovia apresentou acréscimo de 9,6% devido a custos maiores de conservação de: (i) drenagem (ii) pavimento (iii) faixa de domínio (iv) serviços

emergenciais tais como desobstrução de pista e contenção de terraplenos (v) conservação de bases operacionais e praças de pedágio;

- O aumento nos custos com fiscalização é atrelado ao índice de reajuste da tarifa básica de pedágio;
- Outros custos registraram aumento devido principalmente despesas maiores com manutenção de equipamentos e materiais de consumo.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receita líquida	302,8	218,1	38,8%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(263,5)	(187,3)	40,6%
EBITDA ¹	39,3	30,8	27,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	3,5	7,5	-53,3%
EBITDA Ajustado	42,8	38,3	11,7%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços na rodovia, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovia, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovia advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2014 em R\$42,8 milhões, com um acréscimo de 11,7% em relação ao ano anterior. Esse aumento é devido principalmente ao acréscimo na receita de pedágio no exercício de 2014, e redução da provisão de manutenção conforme mencionado anteriormente.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Receitas Financeiras	5,9	2,4	145,8%
Despesas Financeiras	(36,5)	(26,6)	37,2%
Resultado Financeiro Líquido	(30,6)	(24,2)	26,4%

O resultado financeiro líquido de 2014 foi negativo em R\$30,6 milhões, 26,4% maior em relação ao ano de 2013.

As receitas financeiras apresentaram acréscimo de 145,8%, que correspondeu a R\$3,5 milhões, este incremento está diretamente relacionado ao aumento do saldo médio das aplicações financeiras no ano de 2014 e reconhecimento de atualização monetária dos depósitos judiciais.

As despesas financeiras sofreram acréscimo de R\$9,9 milhões (37,2%) em consequência de captações no decorrer do ano de 2014 do empréstimo de longo prazo que a Companhia tem firmado com o BNDES desde março de 2011, emissão de Debêntures ocorrida em outubro de 2013 e captação de empréstimos mútuos com a controladora Arteris S/A ocorridos no final do exercício de 2013.

Prejuízo

Embora a receita de pedágio tenha registrado aumento em função do reajuste da tarifa, a Companhia encerrou o exercício de 2014 com prejuízo de R\$8 milhões, em 2013 foi registrado prejuízo de R\$6 milhões. O prejuízo maior é justificado principalmente pelo aumento das despesas financeiras em decorrência dos empréstimos contratados e aumento dos custos de conservação.

Prejuízo (R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	2014	2013	Var.
Dívida Bruta	319,7	254,0	25,9%
Curto Prazo	34,0	13,2	157,6%
Longo Prazo	285,7	240,8	18,6%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(16,3)	(41,2)	-60,4%
Dívida Líquida	303,4	212,8	42,6%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento bruto totalizava R\$319,7 milhões, apresentando aumento de R\$65,7 milhões (25,9%) maior em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta da liberação de recursos oriundos do empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e primeira emissão de Debêntures da Companhia. Os recursos dos referidos empréstimos foram utilizados nos investimentos na rodovia realizados pela Companhia no ano de 2014.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2014 em R\$303,4 milhões, apresentando aumento de R\$90,6 milhões em relação ao montante de R\$212,8 milhões registrado no encerramento do exercício de 2013. O grau de alavancagem medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 7,1x, ao final do exercício anterior esta relação era de 5,8x.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$169,4 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previsto no contrato, dentre os quais vale destacar:

Manutenção de pavimento;

Implantação de elementos de proteção e segurança “Defensa Metálica”;

Manutenção de terraplenos;

Reforço e alargamento de pontes;

Recuperação e melhoria do sistema de drenagem;

Duplicações Inclusive Obras de Artes Especiais;

Trevo de Fazenda Rio Grande - PR;

Execução de passarelas em pista dupla;
Melhoria de interseções existentes;
Sistema de iluminação da rodovia;
Execução de ruas laterais município de Fazenda Rio Grande - PR;
Execução de ruas laterais município de Mafra - SC;
Trevo em desnível município de Mafra - SC;
Passagens em desnível inferior tipo Galeria km 128 município de Fazenda Rio Grande - PR;
Elaboração dos projetos para implantação de 48,3 km de terceira faixa;
Trevo do Distrito Industrial - Km 116,50 em Curitiba - PR;
Trevo Vila Pompéia - Km 117,7 em Curitiba - PR;
Reserva de Espaço para Implantação Linha Verde;
Implantação Retorno em Nível - Km 118,60 em Curitiba - PR;
Implantação Retorno em Nível - Km 122,70 em Curitiba - PR;
Sistema de controle de tráfego circuito fechado de TV CFTV;
Sistema de Controle de Velocidade.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

Descrição	2014	2013
Empregos diretos	271	267
Índice de rotatividade	5,09%	2,18%

No que concerne à diversidade, a Planalto Sul apresenta uma participação majoritária de 63% de homens, contra de 37% mulheres. A média de idade está concentrada em 33 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 53,51% dos profissionais. Vale mencionar que 20,6% possuem superior completo.

Ao longo de 2014, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. Foram investidas 9.701 horas de treinamento total, que contabiliza 35 horas per capita.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa focada em desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento dos municípios lindeiros, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A Companhia desenvolve diversos programas focados em reduzir acidentes nas rodovias sob concessão, assim como promover educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

Segurança

A Companhia possui a meta de reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema - Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. A Companhia mantém o GERAR - Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação, para reduzir o número de acidentes. Em setembro de 2014, foi realizado o 1º Mês da Segurança Arteris, iniciativa voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade em geral sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. A iniciativa foi encerrada com o 1º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras do Estado de São Paulo e Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Federal, instituições de pesquisa, OMS (Organização Mundial da Saúde), e organizações não governamentais.

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A Companhia desenvolve o Projeto Escola, que prepara professores da rede pública para atividades com alunos de 1º e 2º graus, sobre segurança no trânsito. A mesma estratégia de abordagem é aplicada para a preparação desses profissionais sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

O Projeto Escola é uma iniciativa de educação reconhecida pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Viva Saúde” já beneficiou quase 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O motivo é que esses profissionais de transporte nem sempre possuem condições de realizar os cuidados com a saúde. Assim, o programa favorece uma abordagem preventiva e que estimula a qualidade de vida e as boas práticas.

Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da Companhia, objetivo este buscado por meio de controle de emissões e do uso racional de recursos naturais, assim como por programas envolvendo populações do entorno da rodovia. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo por meio do qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Focando a preservação das áreas próximas às rodovias, a Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas para prevenir acidentes nas rodovias envolvendo animais. Além disso, faz controle e reciclagem do lixo; possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna; adota postura responsável com a utilização de cisternas para coleta de água de chuva em todas as suas bases operacionais, em prol da preservação da água.

Cultura e Esporte

O apoio a projetos esportivos e culturais relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da Companhia, ao lado da promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a promoção no Brasil de exposição de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais visitada no mundo, e mais completa já vista no Brasil do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. A Companhia também promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição crianças e adultos que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da Companhia é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos por meio do Programa Voluntários. Desta forma, a empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais. Ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios e fortalece a imagem da Arteris.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Planalto Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Diretoria

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

Márcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Contador

Alexandre Pscheidt
CRC - SC 026791/O-5 S-PR

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro